

**27/5/1984**

**OPINIÃO**

**A farândola**

EM suas andanças pelo Brasil e pelo mundo, o General Figueiredo sempre encontra tempo, entre uma e outra obrigação oficial, para ir às compras. Ainda agora, nesse seu extenso périplo oriental, visitando um bem fornido Shopping Center, o General queixou-se do excessivo número de guarda-costas à sua volta. Tanta segurança dificultava a sua movimentação e limitava a sua liberdade turística de consumidor conspícuo.

O nosso Presidente se tem revelado, com efeito, um defensor intransigente e persistente do seu próprio direito de ir e vir. Mas, a verdade é que não se podem comparar os constrangimentos que lhe causaram agora os seus guarda-costas, com os que o General Newton Cruz recentemente impôs ao trânsito brasileiro. Na intenção (provável) de trafegar com mais desembaraço, o Presidente, ainda antes de partir para essa viagem ao Oriente, enxugou a sua comitiva, reduzindo o número de ministros e acompanhantes e cortando até companheiros tão chegados quanto o chefe do SNI, Octavio Medeiros.

É possível que esse corte na comitiva volumosa tenha sido uma resposta aos reparos da imprensa e da opinião pública a excessos anteriores. Mas é também possível que o Presidente tenha agido obedecendo apenas ao seu próprio senso de proporção e de medida; quanto mais longa a viagem, mais curta a comitiva. Uma coisa compensa a outra. Os aviões, embora voando mais, voam mais leves; e podem sempre voltar mais pesados...

De fato, uma comitiva menor não é remédio para tudo, pois, nesses casos, o que mais importa é a qualidade dos viajantes. Considerando a nossa tradição republicana mais recente, e levando em conta, igualmente, a riqueza e a reconhecida excelência do mercado japonês, é de temer que nesse próximo mês de junho, depois do retorno do séquito presidencial, Brasília não se transforme numa espécie de segunda Zona Franca de Manaus.

Nessa hipótese, o brusco excesso de oferta produziria talvez um sensível rebaixamento dos preços dos aparelhos eletrônicos no País, com prejuízos para o comércio (e para os especuladores), mas com benefícios reais para a massa de consumidores. Seria o que o Palácio costuma chamar de importação corretiva, isto é, uma operação destinada a corrigir distorções sazonais ou glórias do mercado, mas sempre em termos que não chegam a afetar os extraordinários superávits do dirigente Viacava.

O Brasil, contudo, é uma nação impaciente. Enquanto espera pelos frutos da viagem do seu Presidente, o País não pára. Em alguns lugares (como o Palácio, por exemplo), a atividade parece mesmo aumentar muito. Há crises graves que não podem sustar-se até o retorno do Chefe do Governo e que explodem incivilmente na sua ausência, como aconteceu com a dos bóias-frias no interior de S. Paulo.

Quem são esses bóias-frias, revoltados e malpagos? Segundo o General Euclides Figueiredo irmão do Presidente, são uns idiotas. Essa declaração do general, comandante da Escola Superior de Guerra, foi feita pela televisão e teve o mérito de repor as coisas nos seus devidos lugares. É bem verdade que o governo de S. Paulo, como era de seu dever, apressou-se a assumir suas responsabilidades diante da crise.

Dois competentes secretários de Estado, Roberto Gusmão e Almir Pazzianoto, foram imediatamente despachados para o local dos distúrbios e, com energia e habilidade,

resolveram em poucas horas pendência entre fazendeiros e trabalhadores, restaurando a paz pública na região.

A verdade, entretanto, é que os dois secretários, por mais capazes que sejam (ou que fossem), certamente não teriam conseguido nada se, antes deles, não tivesse chegado a Guariba e Bebedouro, pela televisão, a palavra do general. Os bóias-frias são uns idiotas. Bastou isso para que as partes em conflito entendessem logo o perigo que corriam, o perigo que corria o País inteiro, se o Governo Federal chegasse a meter o bedelho por lá.

E eis aí um fenômeno novo que o Professor Raymond Boudon podia com certeza incluir entre os seus mais curiosos efeitos perversos. Há males que vêm para bem. A mistura de incompetência e truculência, que hoje caracteriza a alta administração palaciana, está obrigando os brasileiros a aprenderem a governar-se sozinhos, a resolverem eles próprios os seus problemas (sempre que possível), antes que o Governo Federal e o Palácio atrapalhem.

De fato, nesses derradeiros meses (improrrogáveis) da Administração Figueiredo, estamos todos fazendo um curso intensivo e reforçado, compulsório, de educação política democrática. A nação e a sociedade civil são obrigados a trabalhar depressa e bem, a articular-se e entender-se, e firmar posições sólidas, antes que o Governo chegue para confundir e desmontar tudo.

Por isso o vice Aureliano, em exercício, aproveita cada hora e cada minuto, despachando, ouvindo partes, articulando e trabalhando, enquanto há tempo. Muito embora ele saiba que, no seu caso, o que vai ficar é quase que só a lição: o Presidente chegando desmancha o que puder, outra vez. Por isso a Oposição e os políticos em geral (ao menos o que há de melhor e mais digno entre eles) começam a convencer-se de que o acordo sucessório que é preciso fazer não é com o Palácio, mas entre eles mesmos e o País, o Congresso, a nação, os diversos setores da opinião pública.

O desgoverno e a impudente farândola palaciana que hoje nos infelicitam estão acabando, vão acabar; e isso só depende agora de um mínimo de bom senso e patriotismo entre os líderes mais responsáveis. É cada vez mais claro que o Brasil real, o país verdadeiro, se sente hoje, apesar de tudo, mais forte e confiante em si mesmo, mais amadurecido e unido do que nunca.

Esse país real tem líderes políticos, governantes e administradores à sua altura e que, na verdade, por muitos caminhos, nasceram dele. Basta citar os que estão hoje em maior evidência e já não são poucos: os Governadores Tancredo Neves, Roberto Magalhães, Esperidião Amin, José Richa, Gonzaga Mota; o vice Aureliano Chaves e o Senador Fernando Henrique; e ainda Olavo Setúbal, Antônio Ermírio, Roberto Gusmão, Haroldo Correia de Matos... Nós nos acostumamos a descrer de nossos homens públicos, mas a verdade é que raros países, ainda mais entre as nações novas, dispõem de lideranças como as que hoje temos (ou podemos ter). Tudo o que é preciso é remover o entulho, desobstruir o caminho, e permitir que o país real, esse Brasil novo, assuma sem demora o governo de si mesmo. Livremente, democraticamente.

FERNANDO PEDREIRA

**(Página 8)**